



PREFEITURA MUNICIPAL SÃO PEDRO DO PIAUÍ



Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 32/2026

São Pedro do Piauí, 26 de maio de 2026.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí, **LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;

CONSIDERANDO os princípios da sustentabilidade ambiental, da precaução e do desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei Federal nº 12.187/2009;

CONSIDERANDO a importância do planejamento estratégico como instrumento de governança climática no âmbito municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas do Município de São Pedro do Piauí, para o período de 2026 a 2030, como instrumento orientador das políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Parágrafo único – O plano de que trata o caput está previsto no Anexo Único, parte



PREFEITURA MUNICIPAL SÃO PEDRO DO PIAUÍ



integrante deste decreto.

Art. 2º. O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas tem por objetivo promover ações integradas de prevenção, mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa, à proteção dos recursos naturais, ao fortalecimento da resiliência climática e à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 3º. O Plano será executado com base nos seguintes eixos estratégicos:

- I. Transição Energética;
- II. Redução das Emissões de Poluentes;
- III. Gestão de Resíduos Sólidos;
- IV. Práticas de Manejo Sustentável;
- V. Prevenção às Queimadas.

Art. 4º. A coordenação, o acompanhamento e a execução das ações do Plano caberão à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com as demais secretarias municipais, órgãos da administração pública, conselhos municipais e parceiros institucionais.

Art. 5º. O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) fica designado como instrumento financeiro responsável pelo custeio das ações previstas no Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas.

§ 1º. As ações do Plano deverão contar com dotação orçamentária própria, a ser consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como previstas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

§ 2º. Poderão compor as fontes de financiamento do Plano recursos oriundos de dotações orçamentárias, multas e compensações ambientais, convênios, termos de cooperação, doações, transferências voluntárias e outras fontes legalmente admitidas.

Art. 6º. O monitoramento e a avaliação do Plano ocorrerão de forma contínua,



PREFEITURA MUNICIPAL SÃO PEDRO DO PIAUÍ



mediante indicadores, metas e relatórios periódicos, assegurando a transparência, a participação social e o aprimoramento das ações.

Parágrafo único - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA como instância de controle social do Plano.

Art. 7º. O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas poderá ser revisado e atualizado sempre que necessário, por ato do Poder Executivo, considerando dados técnicos, avaliações periódicas e alterações na legislação.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí-PI, em 26 de maio de 2026

LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR
Prefeito Municipal



PLANO MUNICIPAL DE
**MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**
— SÃO PEDRO DO PIAUÍ —

CUIDAR DO CLIMA É CUIDAR DO PRESENTE
E GARANTIR O FUTURO DA NOSSA GENTE.

SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PI

2026



1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para os governos locais, exigindo ações planejadas, integradas e permanentes voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa, à adaptação dos territórios e à promoção do desenvolvimento sustentável. Inserido nesse contexto, o Município de São Pedro do Piauí, por meio da Prefeitura Municipal, institui o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas, como instrumento estratégico de planejamento ambiental, alinhado às políticas nacionais, estaduais e aos compromissos globais de enfrentamento da crise climática.

O Plano tem como objetivo orientar a formulação e a implementação de políticas públicas, programas e ações estruturantes capazes de reduzir a vulnerabilidade socioambiental do município, minimizar os impactos decorrentes das mudanças climáticas e promover uma transição para modelos de produção e consumo mais sustentáveis. Considera-se, especialmente, a realidade climática do semiárido cearense, marcada por eventos extremos, como períodos prolongados de estiagem, elevação das temperaturas, degradação dos recursos naturais e riscos à segurança hídrica, alimentar e energética.

A elaboração deste Plano está fundamentada no arcabouço legal municipal já existente, que demonstra o compromisso histórico de São Pedro do Piauí com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas está estruturado a partir de cinco eixos estratégicos interdependentes, que orientam a criação e o fortalecimento de programas, projetos e políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação climática no território municipal.

O Eixo de Transição Energética visa promover a adoção de fontes renováveis e limpas, com ênfase na energia solar fotovoltaica, especialmente nos prédios públicos municipais, contribuindo para a redução das emissões de



gases de efeito estufa, a diminuição dos custos energéticos e o fortalecimento da autonomia energética do município.

O Eixo de Redução das Emissões de Poluentes contempla ações integradas de controle, monitoramento e mitigação das emissões atmosféricas provenientes de atividades urbanas, da frota veicular, de serviços públicos e de processos produtivos locais, incentivando práticas mais eficientes, sustentáveis e de baixo carbono.

O Eixo de Gestão de Resíduos Sólidos busca reduzir a geração de resíduos, ampliar a coleta seletiva, incentivar a reutilização, reciclagem, compostagem e a logística reversa, bem como garantir a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Esse eixo prioriza, ainda, a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, em consonância com a Política Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos e com os princípios da economia circular.

O Eixo de Práticas de Manejo Sustentável e Prevenção às Queimadas tem como foco a conservação dos recursos naturais, a proteção da vegetação nativa, o uso sustentável do solo e o combate às queimadas ilegais. As ações previstas incluem o fortalecimento da fiscalização ambiental, a promoção de práticas agropecuárias sustentáveis, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de medidas preventivas para reduzir os riscos de incêndios florestais, em conformidade com a legislação ambiental municipal vigente.

De forma transversal, o Plano incorpora a Educação Ambiental como instrumento fundamental para a mudança de comportamento da sociedade, promovendo a sensibilização, a participação social e o engajamento da população, das instituições públicas e privadas e dos setores produtivos na construção de um município mais resiliente às mudanças climáticas.

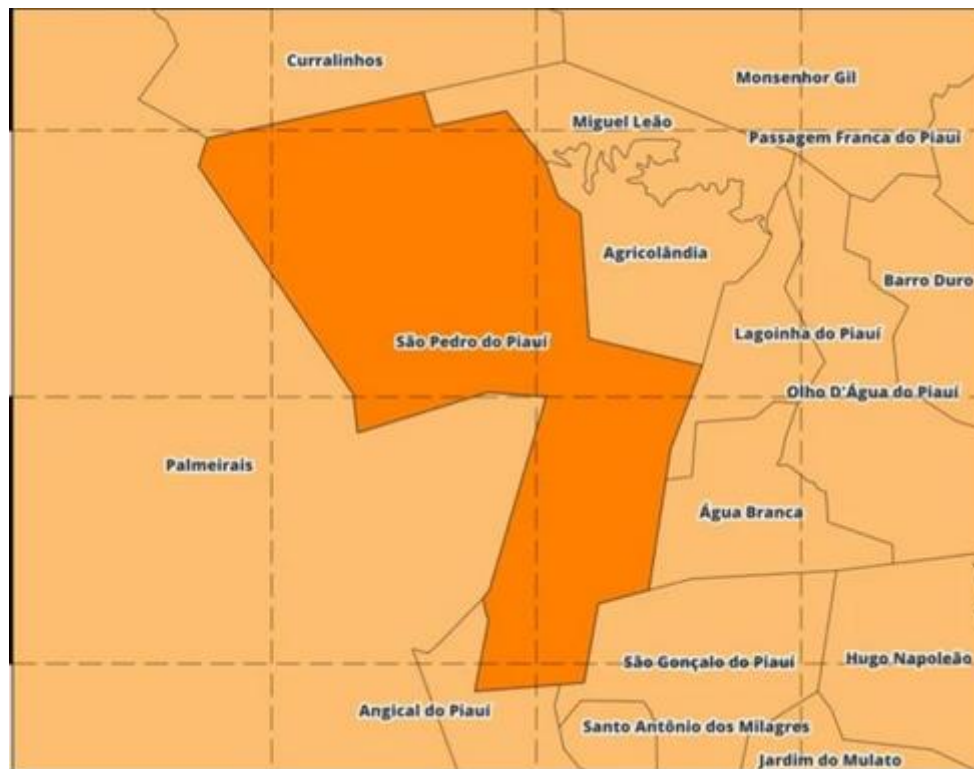
Assim, o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas de São Pedro do Piauí consolida-se como um instrumento de



planejamento, gestão e governança ambiental, reafirmando o compromisso do município com a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população, garantindo às presentes e futuras gerações um território mais equilibrado, resiliente e ambientalmente justo.

2. CONTEXTO LOCAL

2.1 • Caracterização territorial e ambiental



O município de São Pedro do Piauí está localizado na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, no estado do Piauí, integrando a região Centro-Norte do estado. Possui área territorial aproximada de 526 km² e apresenta relevo predominantemente suave ondulado, com altitudes médias em torno de 264 metros. O clima é tropical quente semiúmido, com temperaturas elevadas ao longo do ano e precipitação média anual variando entre 800 mm e 1.400 mm, concentrada principalmente entre os meses de janeiro e abril.



O território municipal está inserido integralmente no bioma Caatinga, caracterizado por vegetação adaptada às condições de estiagem, presença de espécies xerófitas, arbustos caducifólios e formações de transição com áreas de cerrado em alguns pontos do estado. A cobertura vegetal original encontra-se parcialmente modificada em razão das atividades agropecuárias e da ocupação humana, predominando atualmente áreas destinadas à agricultura de subsistência, pecuária extensiva e ocupação rural dispersa.

Quanto aos recursos hídricos, o município integra a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, sendo drenado principalmente pelo riacho Fundo e cursos d'água intermitentes associados ao regime pluviométrico regional. Além das águas superficiais, destaca-se a importância dos aquíferos sedimentares da Bacia do Parnaíba, utilizados para abastecimento humano e atividades produtivas locais.

O uso e ocupação do solo são marcados pelo predomínio de áreas rurais, com cultivo de milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, além da criação de animais. Em razão da expansão das atividades agrícolas e do uso inadequado do solo em algumas áreas, observa-se a necessidade de fortalecimento das ações de conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

O município de São Pedro do Piauí possui Área de Proteção Ambiental (APA) instituída por meio do Decreto Municipal nº 40/2025, publicado pela Prefeitura Municipal, instrumento que estabelece a criação da unidade de conservação ambiental em âmbito municipal. A APA foi criada com a finalidade de promover a proteção dos recursos naturais, disciplinar o uso e ocupação do solo, conservar a biodiversidade local e assegurar o desenvolvimento sustentável do território municipal.

Dessa forma, a caracterização ambiental do município passa a contemplar, além das Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas às margens de rios, riachos e nascentes, a existência da Área de Proteção



Ambiental Municipal criada pelo Decreto nº 40/2025, fortalecendo as políticas públicas ambientais e os mecanismos de conservação dos ecossistemas locais. A instituição da APA demonstra o compromisso do município de São Pedro do Piauí com a preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e proteção dos recursos hídricos e da vegetação nativa existentes no território municipal.

2.2 • Aspectos socioeconômicos

O município de São Pedro do Piauí, localizado na região Centro-Norte do estado do Piauí, possui população estimada em aproximadamente 13 mil habitantes, distribuída entre a sede urbana e diversas comunidades rurais. A dinâmica territorial do município apresenta predominância de população residente na zona rural, característica comum aos municípios do Médio Parnaíba Piauiense, com forte relação socioeconômica vinculada às atividades agropecuárias e ao setor público municipal. (ibge.gov.br)

O perfil populacional é marcado por população de pequeno porte, com presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente nas áreas rurais, onde ainda existem limitações relacionadas ao acesso a renda, infraestrutura e serviços públicos. Nesse contexto, programas de assistência social, transferência de renda e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural possuem papel importante na promoção da inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população local.

As principais atividades econômicas do município estão concentradas na agropecuária, agricultura familiar, comércio local e administração pública. Destacam-se o cultivo de milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, além da criação de bovinos, caprinos e aves. O setor de serviços e o funcionalismo público também exercem relevante participação na economia municipal, contribuindo para geração de emprego e circulação de renda. (ibge.gov.br)

Quanto aos indicadores de vulnerabilidade social, o município apresenta desafios relacionados à renda per capita, acesso a oportunidades econômicas e infraestrutura urbana, especialmente em comunidades rurais mais



afastadas. Ainda assim, observa-se avanço gradual em indicadores sociais por meio da ampliação de programas de educação, saúde, assistência social e melhoria da infraestrutura básica.

Em relação à infraestrutura, São Pedro do Piauí conta com abastecimento de energia elétrica em praticamente todo o território municipal, tanto na sede quanto em grande parte da zona rural. O abastecimento de água ocorre por sistemas públicos e soluções alternativas individuais, incluindo poços e cisternas em áreas rurais. O saneamento básico ainda apresenta limitações, especialmente no que se refere à coleta e tratamento de esgoto, sendo predominante a utilização de fossas sépticas e sistemas individuais de disposição sanitária.

A mobilidade urbana e rural é realizada principalmente por meio da malha rodoviária estadual e estradas vicinais, que conectam a sede municipal às comunidades rurais e municípios vizinhos. O município é atendido por vias de acesso importantes da região, permitindo integração econômica e deslocamento da população para centros urbanos próximos, especialmente Teresina. Além disso, investimentos em pavimentação, iluminação pública e manutenção das vias urbanas vêm contribuindo para melhorias graduais na infraestrutura municipal.

2.3 • Principais pressões e desafios ambientais

Os principais desafios e pressões ambientais identificados no município de São Pedro do Piauí estão relacionados às características climáticas do semiárido piauiense, ao uso inadequado dos recursos naturais e à expansão das atividades agropecuárias. Entre os problemas mais relevantes destacam-se a escassez hídrica, queimadas, degradação do solo, desmatamento da vegetação nativa e limitações na infraestrutura de saneamento ambiental.

A escassez hídrica constitui um dos principais desafios ambientais do município, em razão da irregularidade do regime de chuvas e dos períodos recorrentes de estiagem característicos do Polígono das Secas. Estudos da



CPRM destacam que a insuficiência hídrica compromete diretamente o abastecimento humano, a produção agrícola e a criação de animais, afetando principalmente as comunidades rurais mais vulneráveis. Nesse contexto, a dependência de poços subterrâneos, cisternas e sistemas alternativos de abastecimento torna-se fundamental para garantir a segurança hídrica local.

Outro problema recorrente no município é a ocorrência de queimadas e incêndios florestais, especialmente nos períodos de estiagem prolongada. As queimadas são frequentemente associadas à limpeza de áreas para atividades agrícolas e pastagens, causando perda da cobertura vegetal, redução da biodiversidade, emissão de gases poluentes e degradação da qualidade do solo. A relevância desse problema levou o município a instituir o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas, fortalecendo as ações de prevenção, fiscalização e educação ambiental.

A degradação do solo também representa importante desafio ambiental em São Pedro do Piauí, decorrente principalmente do desmatamento, práticas inadequadas de manejo agrícola, queimadas frequentes e processos erosivos. A retirada da vegetação nativa da Caatinga reduz a proteção natural do solo, favorecendo erosões, assoreamento de cursos d'água e perda de fertilidade, fatores que impactam diretamente a produtividade agrícola e a sustentabilidade ambiental do município.

Além disso, a supressão da vegetação nativa para expansão agropecuária e ocupação humana contribui para o avanço do desmatamento e fragmentação dos ecossistemas locais. Embora o município possua Área de Proteção Ambiental (APA) municipal criada pelo Decreto nº 40/2025, ainda existem desafios relacionados à fiscalização ambiental e à necessidade de recuperação de áreas degradadas, especialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) situadas próximas a riachos, nascentes e corpos hídricos.

No que se refere à poluição ambiental, os principais problemas estão associados à destinação inadequada de resíduos sólidos e às limitações do saneamento básico, especialmente quanto à coleta e tratamento de esgoto. Em áreas urbanas e rurais, a ausência de sistemas completos de saneamento pode



ocasionar contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de impactos sobre a saúde pública e qualidade ambiental.

Por fim, embora São Pedro do Piauí apresente porte urbano reduzido, observa-se a necessidade de planejamento territorial contínuo para evitar processos de ocupação desordenada, sobretudo em áreas ambientalmente sensíveis e próximas a corpos d'água. O fortalecimento das políticas ambientais municipais, associado à educação ambiental, gestão sustentável dos recursos naturais e ampliação da infraestrutura de saneamento, é essencial para enfrentar os desafios ambientais atuais e futuros do município.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover a prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Município de São Pedro do Piauí, no período de 2026 a 2030, por meio da implementação de políticas públicas integradas, programas e ações estruturantes que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, fortaleçam a resiliência climática do território, protejam os recursos naturais e promovam o desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações.

3.2 Objetivos Específicos

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes das atividades urbanas, da gestão de resíduos sólidos, da frota municipal e de processos produtivos locais, por meio da adoção de práticas sustentáveis e de baixo carbono.
- Promover a transição energética no âmbito municipal, ampliando o uso de fontes renováveis, especialmente a energia solar fotovoltaica, nos prédios públicos e serviços municipais, visando à eficiência energética e à redução da dependência de fontes fósseis.
- Fortalecer a gestão integrada de resíduos sólidos, com foco na redução da geração de resíduos, na ampliação da coleta seletiva, na reciclagem, na



compostagem, na logística reversa e na destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

- Estimular práticas sustentáveis de uso e manejo do solo, incentivando a conservação da vegetação nativa, a recuperação de áreas degradadas e a adoção de técnicas agropecuárias sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental municipal.
- Prevenir e combater as queimadas e incêndios ambientais, por meio de ações de monitoramento, fiscalização, educação ambiental e fortalecimento das estratégias de prevenção, reduzindo os impactos ambientais e climáticos associados.
- Aprimorar os instrumentos de planejamento, controle e licenciamento ambiental, fortalecendo o Sistema Municipal de Meio Ambiente e assegurando a efetividade das normas ambientais vigentes.
- Promover a educação ambiental e a conscientização climática, de forma transversal e contínua, envolvendo a população, a comunidade escolar, os servidores públicos e os setores produtivos nas ações de enfrentamento às mudanças climáticas.
- Fortalecer a governança climática municipal, incentivando a participação social, a integração intersetorial e a articulação com órgãos estaduais, federais e instituições da sociedade civil.
- Ampliar a capacidade de adaptação do município aos impactos das mudanças climáticas, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e aumentando a resiliência das comunidades frente a eventos climáticos extremos.
- Monitorar, avaliar e divulgar periodicamente os resultados do Plano, por meio de indicadores ambientais e climáticos, garantindo transparência, eficiência e aprimoramento contínuo das ações no período de 2026 a 2030.

4. ARTICULAÇÃO DA REDE INTERSETORIAL

A articulação da rede é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns.



- Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA;
- Poder Legislativo Municipal;
- Procuradoria do Município;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Ministério Público;
- Sociedade Civil Organizada;
- Associação dos Catadores
- Destacamento de Polícia Militar;
- Escolas Municipais
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

5. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas de São Pedro do Piauí fundamenta-se em uma abordagem integrada, participativa e intersetorial, considerando as especificidades ambientais, socioeconômicas e climáticas do território municipal. O Plano foi estruturado com base em diagnóstico técnico, análise normativa, definição de eixos estratégicos, estabelecimento de ações, metas temporais e mecanismos de monitoramento e avaliação contínua.

O processo metodológico prioriza a prevenção e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, associando o desenvolvimento sustentável à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao uso racional dos recursos naturais e ao fortalecimento da resiliência climática do município. As ações propostas estão organizadas em eixos temáticos, cada um com objetivos claros, estratégias operacionais e metas distribuídas ao longo do período de vigência do Plano (2026 a 2030).

EIXO 1 – TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A metodologia aplicada ao Eixo de Transição Energética baseia-se na realização de diagnósticos técnicos, planejamento energético e implementação



progressiva de soluções sustentáveis. Inicialmente, será realizado um diagnóstico energético municipal, com levantamento detalhado do consumo anual de energia elétrica, custos financeiros e identificação de oportunidades de eficiência energética nos prédios e serviços públicos.

Com base nesse diagnóstico, serão implantadas estruturas/usina fotovoltaicas municipais destinadas ao abastecimento de estruturas públicas, com prioridade para unidades de educação e saúde, reduzindo a dependência de fontes fósseis e os gastos públicos a médio e longo prazo. Paralelamente, a modernização da iluminação pública ocorrerá por meio da substituição de equipamentos obsoletos por tecnologias mais eficientes, contribuindo para a redução do consumo energético e das emissões associadas.

A metodologia também contempla a capacitação contínua de servidores públicos para o uso racional da energia e redução de desperdícios. Como instrumento econômico de estímulo à participação da população, será implantado o programa de incentivo fiscal “IPTU Verde”, oferecendo descontos progressivos para imóveis que adotarem sistemas de energia solar, fortalecendo a transição energética em todo o território municipal.

Eixo 1. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	
Descrição	A transição energética é um dos pilares fundamentais para o combate as mudanças climáticas, visando promover um desenvolvimento urbano sustentável e eficiente. As dependências de fontes fósseis, especialmente no transporte, na geração elétrica externa e no uso de equipamentos ineficientes, aumentam os custos públicos, ampliam vulnerabilidades climáticas e reforçam desigualdades socioeconômicas. A adoção de fontes renováveis, reduz gastos a médio e longo prazo e aumenta a resiliência frente às crises climáticas
Ações	<ul style="list-style-type: none">• Realizar um diagnóstico energético municipal, com levantamento de dados de consumo anual e custos;• Implantar usina fotovoltaica municipal para abastecimento de estruturas públicas com foco em



	<p>equipamentos de educação e saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar a iluminação pública através da troca de equipamentos antigos por equipamentos de melhor desempenho; • Capacitar servidores com finalidade de reduzir desperdícios energéticos; • Implantar programa de incentivo fiscal “IPTU Verde”, mecanismo eficaz para estimular a instalação de sistemas solares residenciais por meio de descontos progressivos no Imposto Predial e Territorial Urbano.
--	--

EIXO 1: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADOR	2026	2027	2028	2029
01	Realizar um diagnóstico energético municipal, levantamento de dados de consumo anual e custos;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de órgãos públicos com diagnóstico energético concluído	X	X	X	
02	Implantar usina solar municipal para abastecimento de estruturas públicas com foco em prédios da educação e saúde;	Secretaria de Infraestrutura/obras	Percentual de consumo energético dos prédios públicos suprido por energia solar			X	X
03	Modernizar a iluminação pública através da troca de equipamentos antigos por equipamentos de melhor desempenho	Secretaria de Infraestrutura/obras	Percentual de luminárias públicas substituídas por tecnologia LED ou eficiente			X	X
04	Capacitar servidores com finalidade de	Secretaria de Meio Ambiente	Número de servidores	X	X	X	X



	reduzir desperdícios energéticos;		capacitados em eficiência energética				
--	-----------------------------------	--	--------------------------------------	--	--	--	--

EIXO 2 – REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE POLUENTES

No Eixo de Redução das Emissões de Poluentes, a metodologia adotada articula ações normativas, educativas, econômicas e ambientais. A implantação da política “São Pedro do Piauí Carbono Zero” constitui o eixo estruturante dessa estratégia, reunindo iniciativas de incentivo à redução das emissões em atividades públicas e privadas.

Serão desenvolvidas políticas públicas voltadas ao uso de energias renováveis, bem como incentivos à aquisição de veículos elétricos, reduzindo a emissão de poluentes atmosféricos e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e da saúde da população. O Plano prevê ainda campanhas permanentes de compensação ambiental, com estímulo ao reflorestamento de áreas degradadas e à ampliação da cobertura vegetal.

No campo educacional, será implementado o “Selo Herdeiros da Terra” nas escolas municipais, certificando instituições comprometidas com práticas sustentáveis e projetos pedagógicos voltados à conscientização ambiental. Capacitações, oficinas e ações educativas serão realizadas junto ao poder público e à sociedade civil, promovendo a cultura da sustentabilidade e a corresponsabilidade no enfrentamento das mudanças climáticas.

Eixo 2. REDUÇÃO DA EMISSÃO DOS POLUENTES	
Descrição	Redução da emissão de poluentes, apresenta estratégias para reduzir a emissão de poluentes no município de São Pedro do Piauí. A redução é essencial para garantir a saúde humana e preservar os ecossistemas. Ao diminuir a liberação de substâncias, evitamos o agravamento das mudanças climáticas. Além disso, ações voltadas para esse objetivo, incentivam



	práticas sustentáveis e fortalecem o desenvolvimento responsável das comunidades.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar a política “São Pedro do Piauí carbono zero”, com diversas ações de incentivo a redução na emissão de poluentes. • Implementar o “Selo herdeiros da terra”, nas escolas municipais. Instituir um programa educacional que certifique escolas comprometidas com práticas sustentáveis, incentivando projetos pedagógicos que valorizem a conservação ambiental, o uso responsável dos recursos naturais e a formação de cidadãos conscientes sobre seus impactos no planeta. • Criação de políticas públicas de Incentivo ao uso de energias renováveis em todo o território municipal. • Realizar capacitações e ações educacionais com o poder público e sociedade civil voltadas para à redução das mudanças climáticas. • Estimular campanhas e programas de compensação ambiental acerca das emissões de gás carbônico em todo o território municipal. • Incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas. • Criação de políticas de Incentivo a aquisição de veículos elétricos no município.

Eixo 2. REDUÇÃO DA EMISSÃO DOS POLUENTES							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	INDICADOR	2026	2027	2028	2029



01	Implementar o Selo herdeiros da terra, nas escolas municipais.	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de escolas municipais participantes do programa		X	X	X
02	Implantação do programa “São Pedro do Piauí carbono zero”.	Secretaria de Meio Ambiente e de Infraestrutura	Quantidade de emissões compensadas por ações ambientais municipais		X	X	X
03	Realizar capacitações voltadas para à redução das mudanças climáticas.	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes por ano	X	X	X	X
04	Capacitar servidores com finalidade de reduzir desperdícios energéticos;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de servidores capacitados em eficiência energética	X	X	X	X
05	Incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de hectares recuperados ou número de mudas plantadas	X	X	X	X
06	Políticas de Incentivo a aquisição de veículos elétricos no município.	Todas as Secretarias	Quantidade de veículos elétricos registrados ou incentivados no município	X	X	X	X

EIXO 3 – GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



A metodologia do Eixo de Gestão de Resíduos Sólidos prioriza a redução da geração de resíduos na fonte, o fortalecimento da economia circular e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. As ações iniciam-se pela revisão de processos administrativos e produtivos, com estímulo à digitalização de documentos, uso eficiente de insumos e adoção de produtos mais duráveis e de menor impacto ambiental.

Será promovida a capacitação contínua de servidores sobre consumo consciente e descarte adequado, bem como o gerenciamento eficiente de materiais para evitar perdas por vencimento ou danos. A Central Municipal de Resíduos Sólidos terá papel estratégico na reinserção de materiais recicláveis na cadeia produtiva, aliada à reutilização e doação de materiais em bom estado.

A universalização da coleta seletiva será alcançada por meio da instalação de coletores identificados em locais estratégicos, formalização de parcerias com cooperativas de catadores e cumprimento das obrigações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que se refere à logística reversa. A fração orgânica dos resíduos será desviada para a compostagem, reduzindo o volume destinado a aterros.

EIXO 3. GESTÃO DE RESÍDUOS	
Descrição	Estruturar e fortalecer políticas, programas e ações voltadas à redução da geração de resíduos, à ampliação da coleta seletiva, ao incentivo à reutilização, reciclagem e compostagem, à destinação ambientalmente adequada dos rejeitos e à inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis. Busca-se, ainda, a eliminação de práticas inadequadas de disposição final e a mitigação dos impactos ambientais e climáticos associados ao manejo incorreto dos resíduos. As ações previstas contemplam o aprimoramento da infraestrutura e dos serviços de limpeza urbana, a implementação de sistemas de logística reversa, o estímulo à separação na fonte, a educação ambiental contínua junto à população e aos setores produtivos, além do monitoramento e da redução das emissões de gases de efeito



	<p>estufa no setor de resíduos. O eixo também promove a integração com políticas de saneamento básico, saúde pública e desenvolvimento social, fortalecendo a resiliência climática do município e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.</p>
<p>Ações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar linhas de produção ou processos administrativos para usar menos matéria-prima ou insumos, evitando desperdícios (ex: digitalização de documentos para reduzir material). • Utilizar produtos mais duráveis, fáceis de consertar e que gerem menos embalagens ou resíduos ao final de sua vida útil. • Capacitar servidores sobre a importância da redução do consumo e do descarte consciente de materiais. • Gerenciamento eficiente de insumos para evitar a perda de materiais por validade vencida ou danos. • Funcionamento da Central Municipal de Resíduos Sólidos para voltar os materiais recicláveis para cadeia produtiva. • Reutilizar materiais dentro da própria organização (ex: uso de caixas de papelão para armazenamento interno, ou mobiliário reformado). • Doar materiais ou equipamentos em bom estado, que não servem mais para a empresa, a instituições de caridade ou bazares. • Universalização da coleta seletiva. • Instalação de coletores no município, claramente identificados por tipo de material (papel, plástico, vidro, metal, orgânico) e em locais estratégicos. • Formalizar a entrega dos materiais recicláveis para cooperativas de catadores ou empresas recicladoras. • Cumprir as obrigações legais da PNRS, que exige que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos (ex: pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos, embalagens) estruturem sistemas de retorno após o uso pelo consumidor. • Desviar a fração orgânica dos resíduos para a compostagem, gerando adubo(húmus) e reduzindo a



	<p>massa destinada a aterro.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Firmar parceria público/privada com Aterro Sanitário afins de disposição final do rejeito produzido no município. • Assegurar que as empresas transportadoras e destinadoras finais (aterros sanitários ou incineradores, se aplicável) possuam as licenças ambientais necessárias. • Utilizar o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) para rastrear o fluxo dos resíduos, garantindo a conformidade legal do transporte e destinação final. • Manejo específico e seguro para resíduos de saúde (PGRSS), químicos ou industriais perigosos (Classe I), que exigem tecnologias como a incineração ou coprocessamento.
--	---

EIXO 3. GESTÃO DE RESÍDUOS								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADORES	2026	2027	2028	2029	
01	Revisar linhas de produção ou processos administrativos para usar menos matéria-prima ou insumos, evitando desperdícios (ex: digitalização de documentos para reduzir material).	Secretaria de Meio Ambiente e Cooperativa de Catadores	Percentual de redução do consumo de materiais e papel nos setores administrativos	X	X	X	X	



02	Utilizar produtos mais duráveis, fáceis de consertar e que gerem menos embalagens ou resíduos ao final de sua vida útil.	Todas as Secretarias	Percentual de aquisições sustentáveis realizadas pela administração pública	X	X	X	X
03	Capacitar funcionários sobre a importância da redução do consumo e do descarte consciente de materiais.	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações realizadas e participantes alcançados	X	X	X	X
04	Gerenciamento eficiente de insumos para evitar a perda de materiais por validade vencida ou danos.	Todas as Secretarias	Percentual de redução de perdas de materiais e insumos	X	X	X	X
05	Funcionamento da Central Municipal de Resíduos Sólidos para voltar os materiais recicláveis para cadeia produtiva.	Secretaria de Meio Ambiente e Cooperativa de Catadores	Quantidade de resíduos recicláveis encaminhados para reciclagem			X	X
06	Reutilizar materiais dentro da própria organização	Todas as Secretarias	Quantidade de materiais reaproveitados internamente	X	X	X	X
07	Doar materiais ou equipamentos em bom estado, que não servem mais	Todas as Secretarias	Quantidade de materiais/equipamentos doados anualmente	X	X	X	X



	para a empresa, a instituições de caridade ou bazares.						
08	Universalização da coleta seletiva.	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual da população atendida pela coleta seletiva		X	X	X
09	Instalação de coletores no município, claramente identificados por tipo de material (papel, plástico, vidro, metal, orgânico) e em locais estratégicos.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de pontos de coleta seletiva instalados	X	X	X	X
10	Formalizar a entrega dos materiais recicláveis para cooperativas de catadores ou empresas recicladoras	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de resíduos destinados formalmente à reciclagem	X	X	X	X
11	Cumprir as obrigações legais da PNRS, que exige que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos (ex: pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos, embalagens) estructurem sistemas de retorno	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de sistemas de logística reversa implantados no município			X	X



	após o uso pelo consumidor.						
12	Desviar a fração orgânica dos resíduos para a compostagem, gerando adubo(húmus) e reduzindo a massa destinada a aterro.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de resíduos orgânicos compostados			X	X

EIXO 4 – PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL

A metodologia aplicada ao Eixo de Práticas de Manejo Sustentável baseia-se na identificação, planejamento e implementação de ações que garantam o uso equilibrado dos recursos naturais. Inicialmente, serão identificadas e delimitadas zonas específicas para áreas de manejo sustentável, considerando aspectos ambientais, produtivos e sociais.

Serão realizadas ações de identificação de espécies da fauna e flora possivelmente ameaçadas, por meio de etnobiologia, registros fotográficos e levantamento participativo com as comunidades locais. Técnicas de uso sustentável, como o manejo agroflorestal, serão implementadas gradualmente, associadas à capacitação de agricultores em sistemas de plantio direto e rotação de culturas.

A metodologia contempla ainda ações de proteção dos recursos hídricos, com recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) por meio do plantio de mudas nativas, além de capacitações comunitárias em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Todas as ações serão amplamente divulgadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, garantindo transparência, engajamento social e fortalecimento da governança ambiental.



Descrição	Aplicação de práticas que visam a utilização dos recursos naturais de forma a garantir sua conservação e disponibilidade a longo prazo, equilibrando as necessidades econômicas, sociais e ambientais, especialmente em regiões onde as comunidades dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo; • Identificar espécies de fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos; • Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal; • Informar a população acerca do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário; • Capacitar agricultores para adotarem práticas de sistema plantio direto e rotação de culturas; • Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de vegetação ao redor (APPs) com plantio de mudas nativas;

Eixo 4: PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADORES	2026	2027	2028	2029	2030
01	Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de áreas de manejo sustentável delimitadas e regulamentadas		X	X		
02	Identificar espécies de	Secretaria de Meio Ambiente	Número de espécies		X	X		



	fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos;		identificadas e catalogadas					
03	Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de propriedades ou áreas utilizando manejo sustentável			X	X	X
04	Informar a população acerca do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes atendidos	X	X	X	X	X
05	Capacitar agricultores para adotarem práticas de sistema plantio direto e rotação de culturas;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de agricultores capacitados e áreas atendidas			X	X	X
06	Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de hectares recuperados em APPs			X	X	X



	vegetação ao redor dos rios e riachos (APPs) com plantio de mudas nativas;							
07	Divulgar todas as ações realizadas pela SEMUMA.	Secretaria de Meio Ambiente	Número de campanhas, publicações e ações divulgadas	X	X	X	X	X

EIXO 5 – PREVENÇÃO ÀS QUEIMADAS

A metodologia do Eixo de Prevenção às Queimadas fundamenta-se em ações integradas de planejamento, prevenção, monitoramento, fiscalização, educação ambiental e resposta rápida, reconhecendo que as queimadas representam uma das principais fontes de degradação ambiental, emissões de gases de efeito estufa e riscos à saúde pública, especialmente em regiões do semiárido.

O primeiro passo metodológico consiste na realização de um diagnóstico municipal das áreas suscetíveis a queimadas, considerando dados históricos, características da vegetação, períodos críticos de estiagem, uso e ocupação do solo e registros de ocorrências anteriores. Esse diagnóstico permitirá o mapeamento de áreas de maior risco e a definição de prioridades para as ações preventivas.

Com base no diagnóstico, serão elaborados e implementados planos preventivos anuais, incluindo a manutenção de aceiros, a limpeza de áreas críticas, a abertura de faixas de proteção e a organização de calendários de vigilância intensificada nos períodos de maior risco. As ações preventivas serão executadas de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUMA), Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e demais órgãos competentes.



A metodologia prevê o fortalecimento da fiscalização ambiental, com capacitação de agentes, uso de instrumentos legais e integração com o sistema municipal de licenciamento ambiental, coibindo práticas ilegais de uso do fogo. Serão adotados mecanismos de controle, autuação e responsabilização, conforme a legislação ambiental vigente.

No eixo educacional, serão desenvolvidas campanhas permanentes de conscientização, voltadas às comunidades rurais, agricultores, escolas e população em geral, abordando os riscos ambientais, climáticos e à saúde associados às queimadas, bem como a divulgação de alternativas sustentáveis ao uso do fogo no manejo agrícola. As ações educativas serão realizadas por meio de palestras, oficinas, material informativo e atividades escolares.

A metodologia também contempla a capacitação de agricultores e produtores rurais em práticas de manejo sustentável do solo e da vegetação, incentivando técnicas alternativas ao uso do fogo, como o manejo mecânico, o plantio direto, a rotação de culturas e o uso de cobertura vegetal, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e instituições técnicas.

Para resposta rápida a ocorrências, será estruturado um sistema municipal de prevenção e combate inicial às queimadas, com definição de fluxos de comunicação, canais de denúncia e articulação com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e órgãos estaduais. Sempre que possível, serão utilizados dados de monitoramento remoto, alertas climáticos e informações oficiais para apoiar a tomada de decisão.

Por fim, o acompanhamento e a avaliação das ações ocorrerão de forma contínua, por meio do registro de ocorrências, análise de áreas afetadas, redução de focos de calor e elaboração de relatórios periódicos. Esses instrumentos permitirão o aprimoramento das estratégias, garantindo maior eficiência na prevenção das queimadas e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a proteção dos ecossistemas locais.



Eixo 5. PREVENÇÃO AS QUEIMADAS

Descrição	Reduzir a ocorrência de incêndios ambientais no território municipal por meio de medidas preventivas, educativas e de fiscalização. Contemplam o mapeamento de áreas de risco, a intensificação do monitoramento nos períodos críticos, a promoção de campanhas de conscientização, a capacitação de agricultores em práticas alternativas ao uso do fogo, o fortalecimento da fiscalização ambiental e a articulação interinstitucional para resposta rápida às ocorrências, contribuindo para a proteção dos ecossistemas, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a preservação da saúde da população.
Ações	<ul style="list-style-type: none">• Projeto “Escola sem Fogo”: oficinas e palestras sobre causas e consequências das queimadas, com vídeos e experimentos simples.• Criação de “Brigadas Mirins Ambientais”: alunos participam de campanhas, produzem cartazes, vídeos e rádios escolares.• Inserção do tema nas disciplinas: incluir o conteúdo de queimadas e manejo sustentável nos planos de aula pelos professores de Ciências da Natureza.• ACS como multiplicadores: agentes repassam nas visitas domiciliares informações sobre os riscos das queimadas e como denunciá-las.• Capacitação de agricultores sobre preparo de solo sem uso do fogo (roçada verde, compostagem, manejo agroecológico).• Criação de um protocolo de enfrentamento às Queimadas, com rotas de acesso, contatos de emergência e áreas prioritárias.• Formação de Brigadas Rurais Comunitárias com voluntários treinados pela Brigada Municipal.• Campanhas de reflorestamento, aceiros e cercamento de nascentes, reduzindo o material seco e o risco de fogo.• Mobilização nas associações e igrejas com distribuição de panfletos educativos sobre queimadas e palestras curtas.• Visitas às associações de agricultores existentes no município para falar sobre as medidas que podem ser



	<p>tomadas para combater o fogo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Notificação dos proprietários de terra de áreas de repetidas incidências de queimadas para realizarem os aceiros de seus terrenos.• Recomendar aos agricultores do município que procurem a SEMUMA/São Pedro do Piauí para protocolo de autorização do uso do fogo controlado e autorização para supressão vegetal simplificada.• Criação da campanha digital #SPSemFogo, com vídeos curtos e mensagens comunitárias.• Parceria com rádios locais para divulgar boas práticas e histórias de agricultores que abandonaram o uso do fogo.• Divulgação do canal direto de denúncias da Secretaria de Meio Ambiente.• Reuniões mensais com membros integrantes (governo e sociedade civil) sobre correções e alterações de ações no combate ao fogo ao longo do resto do ano.• Colocar placas educativas em estradas e entradas da cidade com legislações vigentes sobre as queimadas e autorizações disponíveis para agricultores familiares.• Criação e manutenção de aceiros e faixas de contenção• Notificação imediata a Brigada Municipal, logo que identificado algum foco inicial de incêndio;• Estabelecer uma agenda de contingência para os carros pipas do município em parceria com defesa civil para enfrentamento imediato aos focos iniciais de fogo;• Acionar os voluntários aptos a ajudar o enfrentamento aos incêndios;• Aquisição de equipamentos de enfrentamento ao fogo pela SEMUMA/São Pedro do Piauí;• Avaliação dos danos ambientais, econômicos e sociais.• Registro e georreferenciamento das áreas queimadas.• Acionar o setor de fiscalização ambiental da SEMUMA/São Pedro do Piauí
--	---



Eixo 5: PREVENÇÃO AS QUEIMADAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADOR	2026	2027	2028	2029	2030
01	Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de áreas de manejo sustentável delimitadas e regulamentadas		X	X		
02	Identificar espécies de fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de espécies identificadas, registradas e monitoradas		X	X		
03	Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de propriedades ou áreas utilizando práticas sustentáveis			X	X	X
04	Informar a população acerca do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes envolvidos	X	X	X	X	X
05	Capacitar agricultores para adotarem práticas	Secretaria de Meio Ambiente	Número de agricultores capacitados			X	X	X



	de sistema plantio direto e rotação de culturas;							
06	Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de vegetação ao redor dos rios e riachos (APPs) com plantio de mudas nativas;	Secretaria de Meio Ambiente	Área recuperada de APPs e quantidade de mudas plantadas			X	X	X
07	Divulgar todas as ações realizadas pela SEMUMA.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de campanhas, publicações e ações divulgadas	X	X	X	X	X

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a Avaliação do Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas constituem instrumentos fundamentais para assegurar a efetividade, a transparência e o aprimoramento contínuo das ações previstas. Esse processo permitirá acompanhar a execução dos eixos estratégicos, verificar o alcance das metas estabelecidas e subsidiar a tomada de decisões pela gestão pública municipal ao longo do período de vigência do Plano.

O monitoramento será realizado de forma contínua e sistemática, a partir de indicadores ambientais, climáticos, sociais e econômicos previamente definidos para cada eixo e ação, considerando metas anuais e plurianuais. A coleta e a análise das informações ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUMA), em articulação com as demais



secretarias envolvidas, órgãos de controle, conselhos municipais e parceiros institucionais.

A avaliação do Plano ocorrerá de maneira periódica, com a elaboração de relatórios técnicos que apresentarão o grau de execução das ações, os resultados alcançados, as dificuldades identificadas e as recomendações para ajustes e aprimoramentos. Esses relatórios permitirão mensurar impactos como a redução das emissões de gases de efeito estufa, a ampliação do uso de energias renováveis, a melhoria da gestão de resíduos sólidos, a diminuição de focos de queimadas e o fortalecimento das práticas sustentáveis no município. Ficando instituída como instância de controle social para acompanhamento da execução do plano, o Conselho municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

O processo de Monitoramento e Avaliação também contemplará mecanismos de participação social, garantindo a transparência das informações e o envolvimento da sociedade civil, por meio da divulgação periódica dos resultados, reuniões técnicas e espaços de diálogo com conselhos e comunidades locais.

Sempre que necessário, o Plano poderá ser revisado e atualizado, de modo a incorporar novas demandas, dados técnicos, inovações tecnológicas e diretrizes legais, assegurando sua adequação à realidade municipal e às dinâmicas das mudanças climáticas.

Dessa forma, o Monitoramento e a Avaliação consolidam-se como instrumentos estratégicos de governança climática, garantindo que o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas seja efetivo, dinâmico e alinhado aos princípios da sustentabilidade, da eficiência administrativa e da melhoria contínua da qualidade de vida da população.

7. FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO

O financiamento das ações previstas no Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas constitui elemento essencial para a



efetividade, continuidade e sustentabilidade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática no Município de São Pedro do Piauí. Para esse fim, fica designado o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) como instrumento financeiro responsável pelo custeio, apoio e execução das ações, programas e projetos decorrentes do presente Plano.

O Fundo Municipal de Meio Ambiente passa a ser o fundo custeador oficial das ações de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assegurando suporte financeiro às iniciativas previstas nos eixos estratégicos do Plano, incluindo, entre outros, transição energética, redução das emissões de poluentes, gestão de resíduos sólidos, práticas de manejo sustentável e prevenção às queimadas.

Os recursos alocados no Fundo Municipal de Meio Ambiente para fins de execução do Plano deverão ser aplicados de forma transparente, eficiente e vinculada aos objetivos e metas estabelecidos, priorizando ações estruturantes, preventivas e de caráter permanente, que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o fortalecimento da resiliência climática do município.

O Poder Executivo Municipal poderá, ainda, buscar fontes complementares de financiamento climático, incluindo editais, programas de cooperação técnica, fundos climáticos, mecanismos de pagamento por serviços ambientais e parcerias público-privadas, desde que compatíveis com a legislação municipal e os objetivos do presente Plano.

Dessa forma, o Fundo Municipal de Meio Ambiente consolida-se como instrumento estratégico de financiamento e governança das ações de enfrentamento às mudanças climáticas no Município de São Pedro do Piauí, assegurando a viabilidade econômica do Plano e reafirmando o compromisso da gestão municipal com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento responsável.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas consolida o compromisso da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí com a



proteção do meio ambiente, o enfrentamento da crise climática e a promoção do desenvolvimento sustentável. Ao estabelecer diretrizes, eixos estratégicos, ações, metas e instrumentos de monitoramento, o Plano configura-se como um marco no planejamento ambiental do município, alinhando a gestão pública local aos desafios atuais e futuros impostos pelas mudanças climáticas.

As ações propostas refletem uma abordagem integrada e intersetorial, que articula políticas públicas, educação ambiental, gestão eficiente dos recursos naturais, redução das emissões de gases de efeito estufa e fortalecimento da resiliência climática, considerando as especificidades socioambientais do território cariense e a realidade do semiárido.

Maria de Fátima Moura Pereira e Silva
Secretária Municipal de Meio Ambiente



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Dispõe sobre a proteção do meio ambiente e o dever do Poder Público e da coletividade em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Brasília.

ID: AC498E4C7B134


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ


Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 31/2026

São Pedro do Piauí, 26 de maio de 2026.

ALTERA OS ARTS. 1º E 9º DO DECRETO Nº 40, DE 6 DE AGOSTO DE 2025, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NASCENTE DO BURITIZINHO.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí, **LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR**, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º e 9º do Decreto nº 40, de 6 de agosto de 2025, conforme segue:

“Art. 1º ...

Parágrafo Único: A administração, gestão, proteção, fiscalização e execução das ações relacionadas à Área de Proteção Ambiental – APA do Município ficarão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º O Conselho Municipal de Meio Ambiente, no exercício de sua função como Conselho Gestor da APA, terá as seguintes competências:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
 CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
 E-mail: prefeitura@saopedrodo Piauí.pi.gov.br

ID: CF10E096CEA84


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ


Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 32/2026

São Pedro do Piauí, 26 de maio de 2026.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí, **LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;

CONSIDERANDO os princípios da sustentabilidade ambiental, da precaução e do desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei Federal nº 12.187/2009,

CONSIDERANDO a importância do planejamento estratégico como instrumento de governança climática no âmbito municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas do Município de São Pedro do Piauí, para o período de 2026 a 2030, como instrumento orientador das políticas públicas municipais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Parágrafo único – O plano de que trata o caput está previsto no Anexo Único, parte

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
 CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
 E-mail: prefeitura@saopedrodo Piauí.pi.gov.br


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ


- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
- IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí-PI, em 26 de maio de 2026


LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR
 Prefeito Municipal

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
 CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
 E-mail: prefeitura@saopedrodo Piauí.pi.gov.br


PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ


integrante deste decreto.

Art. 2º. O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas tem por objetivo promover ações integradas de prevenção, mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa, à proteção dos recursos naturais, ao fortalecimento da resiliência climática e à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 3º. O Plano será executado com base nos seguintes eixos estratégicos:

- I. Transição Energética;
- II. Redução das Emissões de Poluentes;
- III. Gestão de Resíduos Sólidos;
- IV. Práticas de Manejo Sustentável;
- V. Prevenção às Queimadas.

Art. 4º. A coordenação, o acompanhamento e a execução das ações do Plano caberão à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com as demais secretarias municipais, órgãos da administração pública, conselhos municipais e parceiros institucionais.

Art. 5º. O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) fica designado como instrumento financeiro responsável pelo custeio das ações previstas no Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas.

§ 1º. As ações do Plano deverão contar com dotação orçamentária própria, a ser consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como previstas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

§ 2º. Poderão compor as fontes de financiamento do Plano recursos oriundos de dotações orçamentárias, multas e compensações ambientais, convênios, termos de cooperação, doações, transferências voluntárias e outras fontes legalmente admitidas.

Art. 6º. O monitoramento e a avaliação do Plano ocorrerão de forma contínua,

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
 CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
 E-mail: prefeitura@saopedrodo Piauí.pi.gov.br

(Continua na página seguinte)



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ



mediante indicadores, metas e relatórios periódicos, assegurando a transparência, a participação social e o aprimoramento das ações.

Parágrafo único - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA como instância de controle social do Plano.

Art. 7º. O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação às Mudanças Climáticas poderá ser revisado e atualizado sempre que necessário, por ato do Poder Executivo, considerando dados técnicos, avaliações periódicas e alterações na legislação.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí-PI, em 26 de maio de 2026


LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR
Prefeito Municipal

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
E-mail: prefeitura@saopedrodopiaui.pi.gov.br



1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para os governos locais, exigindo ações planejadas, integradas e permanentes voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa, à adaptação dos territórios e à promoção do desenvolvimento sustentável. Inserido nesse contexto, o Município de São Pedro do Piauí, por meio da Prefeitura Municipal, institui o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas, como instrumento estratégico de planejamento ambiental, alinhado às políticas nacionais, estaduais e aos compromissos globais de enfrentamento da crise climática.

O Plano tem como objetivo orientar a formulação e a implementação de políticas públicas, programas e ações estruturantes capazes de reduzir a vulnerabilidade socioambiental do município, minimizar os impactos decorrentes das mudanças climáticas e promover uma transição para modelos de produção e consumo mais sustentáveis. Considera-se, especialmente, a realidade climática do semiárido cearense, marcada por eventos extremos, como períodos prolongados de estiagem, elevação das temperaturas, degradação dos recursos naturais e riscos à segurança hídrica, alimentar e energética.

A elaboração deste Plano está fundamentada no arcabouço legal municipal já existente, que demonstra o compromisso histórico de São Pedro do Piauí com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas está estruturado a partir de cinco eixos estratégicos interdependentes, que orientam a criação e o fortalecimento de programas, projetos e políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação climática no território municipal.

O Eixo de Transição Energética visa promover a adoção de fontes renováveis e limpas, com ênfase na energia solar fotovoltaica, especialmente nos prédios públicos municipais, contribuindo para a redução das emissões de

2



gases de efeito estufa, a diminuição dos custos energéticos e o fortalecimento da autonomia energética do município.

O Eixo de Redução das Emissões de Poluentes contempla ações integradas de controle, monitoramento e mitigação das emissões atmosféricas provenientes de atividades urbanas, da frota veicular, de serviços públicos e de processos produtivos locais, incentivando práticas mais eficientes, sustentáveis e de baixo carbono.

O Eixo de Gestão de Resíduos Sólidos busca reduzir a geração de resíduos, ampliar a coleta seletiva, incentivar a reutilização, reciclagem, compostagem e a logística reversa, bem como garantir a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Esse eixo prioriza, ainda, a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, em consonância com a Política Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos e com os princípios da economia circular.

O Eixo de Práticas de Manejo Sustentável e Prevenção às Queimadas tem como foco a conservação dos recursos naturais, a proteção da vegetação nativa, o uso sustentável do solo e o combate às queimadas ilegais. As ações previstas incluem o fortalecimento da fiscalização ambiental, a promoção de práticas agropecuárias sustentáveis, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de medidas preventivas para reduzir os riscos de incêndios florestais, em conformidade com a legislação ambiental municipal vigente.

De forma transversal, o Plano incorpora a Educação Ambiental como instrumento fundamental para a mudança de comportamento da sociedade, promovendo a sensibilização, a participação social e o engajamento da população, das instituições públicas e privadas e dos setores produtivos na construção de um município mais resiliente às mudanças climáticas.

Assim, o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas de São Pedro do Piauí consolida-se como um instrumento de

3



PLANO MUNICIPAL DE
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS
— SÃO PEDRO DO PIAUÍ —

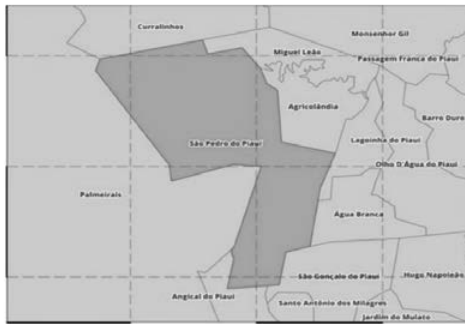
CUIDAR DO CLIMA É CUIDAR DO PRESENTE
E GARANTIR O FUTURO DA NOSSA GENTE.

SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PI
2026

planejamento, gestão e governança ambiental, reafirmando o compromisso do município com a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população, garantindo às presentes e futuras gerações um território mais equilibrado, resiliente e ambientalmente justo.

2. CONTEXTO LOCAL

2.1 • Caracterização territorial e ambiental



O município de São Pedro do Piauí está localizado na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, no estado do Piauí, integrando a região Centro-Norte do estado. Possui área territorial aproximada de 526 km² e apresenta relevo predominantemente suave ondulado, com altitudes médias em torno de 264 metros. O clima é tropical quente semiúmido, com temperaturas elevadas ao longo do ano e precipitação média anual variando entre 800 mm e 1.400 mm, concentrada principalmente entre os meses de janeiro e abril.

4

Ambiental Municipal criada pelo Decreto nº 40/2025, fortalecendo as políticas públicas ambientais e os mecanismos de conservação dos ecossistemas locais. A instituição da APA demonstra o compromisso do município de São Pedro do Piauí com a preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e proteção dos recursos hídricos e da vegetação nativa existentes no território municipal.

2.2 • Aspectos socioeconômicos

O município de São Pedro do Piauí, localizado na região Centro-Norte do estado do Piauí, possui população estimada em aproximadamente 13 mil habitantes, distribuída entre a sede urbana e diversas comunidades rurais. A dinâmica territorial do município apresenta predominância de população residente na zona rural, característica comum aos municípios do Médio Parnaíba Piauiense, com forte relação socioeconômica vinculada às atividades agropecuárias e ao setor público municipal. (ibge.gov.br)

O perfil populacional é marcado por população de pequeno porte, com presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente nas áreas rurais, onde ainda existem limitações relacionadas ao acesso a renda, infraestrutura e serviços públicos. Nesse contexto, programas de assistência social, transferência de renda e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural possuem papel importante na promoção da inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população local.

As principais atividades econômicas do município estão concentradas na agropecuária, agricultura familiar, comércio local e administração pública. Destacam-se o cultivo de milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, além da criação de bovinos, caprinos e aves. O setor de serviços e o funcionalismo público também exercem relevante participação na economia municipal, contribuindo para geração de emprego e circulação de renda. (ibge.gov.br)

Quanto aos indicadores de vulnerabilidade social, o município apresenta desafios relacionados à renda per capita, acesso a oportunidades econômicas e infraestrutura urbana, especialmente em comunidades rurais mais

6

O território municipal está inserido integralmente no bioma Caatinga, caracterizado por vegetação adaptada às condições de estiagem, presença de espécies xerófitas, arbustos caducifolios e formações de transição com áreas de cerrado em alguns pontos do estado. A cobertura vegetal original encontra-se parcialmente modificada em razão das atividades agropecuárias e da ocupação humana, predominando atualmente áreas destinadas à agricultura de subsistência, pecuária extensiva e ocupação rural dispersa.

Quanto aos recursos hídricos, o município integra a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, sendo drenado principalmente pelo riacho Fundo e cursos d'água intermitentes associados ao regime pluviométrico regional. Além das águas superficiais, destaca-se a importância dos aquíferos sedimentares da Bacia do Parnaíba, utilizados para abastecimento humano e atividades produtivas locais.

O uso e ocupação do solo são marcados pelo predomínio de áreas rurais, com cultivo de milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, além da criação de animais. Em razão da expansão das atividades agrícolas e do uso inadequado do solo em algumas áreas, observa-se a necessidade de fortalecimento das ações de conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

O município de São Pedro do Piauí possui Área de Proteção Ambiental (APA) instituída por meio do Decreto Municipal nº 40/2025, publicado pela Prefeitura Municipal, instrumento que estabelece a criação da unidade de conservação ambiental em âmbito municipal. A APA foi criada com a finalidade de promover a proteção dos recursos naturais, disciplinar o uso e ocupação do solo, conservar a biodiversidade local e assegurar o desenvolvimento sustentável do território municipal.

Dessa forma, a caracterização ambiental do município passa a contemplar, além das Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas às margens de rios, riachos e nascentes, a existência da Área de Proteção

5

afastadas. Ainda assim, observa-se avanço gradual em indicadores sociais por meio da ampliação de programas de educação, saúde, assistência social e melhoria da infraestrutura básica.

Em relação à infraestrutura, São Pedro do Piauí conta com abastecimento de energia elétrica em praticamente todo o território municipal, tanto na sede quanto em grande parte da zona rural. O abastecimento de água ocorre por sistemas públicos e soluções alternativas individuais, incluindo poços e cisternas em áreas rurais. O saneamento básico ainda apresenta limitações, especialmente no que se refere à coleta e tratamento de esgoto, sendo predominante a utilização de fossas sépticas e sistemas individuais de disposição sanitária.

A mobilidade urbana e rural é realizada principalmente por meio da malha rodoviária estadual e estradas vicinais, que conectam a sede municipal às comunidades rurais e municípios vizinhos. O município é atendido por vias de acesso importantes da região, permitindo integração econômica e deslocamento da população para centros urbanos próximos, especialmente Teresina. Além disso, investimentos em pavimentação, iluminação pública e manutenção das vias urbanas vêm contribuindo para melhorias graduais na infraestrutura municipal.

2.3 • Principais pressões e desafios ambientais

Os principais desafios e pressões ambientais identificados no município de São Pedro do Piauí estão relacionados às características climáticas do semiárido piauiense, ao uso inadequado dos recursos naturais e à expansão das atividades agropecuárias. Entre os problemas mais relevantes destacam-se a escassez hídrica, queimadas, degradação do solo, desmatamento da vegetação nativa e limitações na infraestrutura de saneamento ambiental.

A escassez hídrica constitui um dos principais desafios ambientais do município, em razão da irregularidade do regime de chuvas e dos períodos recorrentes de estiagem característicos do Polígono das Secas. Estudos da

7

(Continua na página seguinte)

CPRM destacam que a insuficiência hídrica compromete diretamente o abastecimento humano, a produção agrícola e a criação de animais, afetando principalmente as comunidades rurais mais vulneráveis. Nesse contexto, a dependência de poços subterrâneos, cisternas e sistemas alternativos de abastecimento torna-se fundamental para garantir a segurança hídrica local.

Outro problema recorrente no município é a ocorrência de queimadas e incêndios florestais, especialmente nos períodos de estiagem prolongada. As queimadas são frequentemente associadas à limpeza de áreas para atividades agrícolas e pastagens, causando perda da cobertura vegetal, redução da biodiversidade, emissão de gases poluentes e degradação da qualidade do solo. A relevância desse problema levou o município a instituir o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas, fortalecendo as ações de prevenção, fiscalização e educação ambiental.

A degradação do solo também representa importante desafio ambiental em São Pedro do Piauí, decorrente principalmente do desmatamento, práticas inadequadas de manejo agrícola, queimadas frequentes e processos erosivos. A retirada da vegetação nativa da Caatinga reduz a proteção natural do solo, favorecendo erosões, assoreamento de cursos d'água e perda de fertilidade, fatores que impactam diretamente a produtividade agrícola e a sustentabilidade ambiental do município.

Além disso, a supressão da vegetação nativa para expansão agropecuária e ocupação humana contribui para o avanço do desmatamento e fragmentação dos ecossistemas locais. Embora o município possua Área de Proteção Ambiental (APA) municipal criada pelo Decreto nº 40/2025, ainda existem desafios relacionados à fiscalização ambiental e à necessidade de recuperação de áreas degradadas, especialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) situadas próximas a riachos, nascentes e corpos hídricos.

No que se refere à poluição ambiental, os principais problemas estão associados à destinação inadequada de resíduos sólidos e às limitações do saneamento básico, especialmente quanto à coleta e tratamento de esgoto. Em áreas urbanas e rurais, a ausência de sistemas completos de saneamento pode

8

compostagem, na logística reversa e na destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

- Estimular práticas sustentáveis de uso e manejo do solo, incentivando a conservação da vegetação nativa, a recuperação de áreas degradadas e a adoção de técnicas agropecuárias sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental municipal.
- Prevenir e combater as queimadas e incêndios ambientais, por meio de ações de monitoramento, fiscalização, educação ambiental e fortalecimento das estratégias de prevenção, reduzindo os impactos ambientais e climáticos associados.
- Aprimorar os instrumentos de planejamento, controle e licenciamento ambiental, fortalecendo o Sistema Municipal de Meio Ambiente e assegurando a efetividade das normas ambientais vigentes.
- Promover a educação ambiental e a conscientização climática, de forma transversal e contínua, envolvendo a população, a comunidade escolar, os servidores públicos e os setores produtivos nas ações de enfrentamento às mudanças climáticas.
- Fortalecer a governança climática municipal, incentivando a participação social, a integração intersetorial e a articulação com órgãos estaduais, federais e instituições da sociedade civil.
- Ampliar a capacidade de adaptação do município aos impactos das mudanças climáticas, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e aumentando a resiliência das comunidades frente a eventos climáticos extremos.
- Monitorar, avaliar e divulgar periodicamente os resultados do Plano, por meio de indicadores ambientais e climáticos, garantindo transparência, eficiência e aprimoramento contínuo das ações no período de 2026 a 2030.

4. ARTICULAÇÃO DA REDE INTERSETORIAL

A articulação da rede é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns.

10

ocasionar contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de impactos sobre a saúde pública e qualidade ambiental.

Por fim, embora São Pedro do Piauí apresente porte urbano reduzido, observa-se a necessidade de planejamento territorial contínuo para evitar processos de ocupação desordenada, sobretudo em áreas ambientalmente sensíveis e próximas a corpos d'água. O fortalecimento das políticas ambientais municipais, associado à educação ambiental, gestão sustentável dos recursos naturais e ampliação da infraestrutura de saneamento, é essencial para enfrentar os desafios ambientais atuais e futuros do município.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover a prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Município de São Pedro do Piauí, no período de 2026 a 2030, por meio da implementação de políticas públicas integradas, programas e ações estruturantes que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, fortaleçam a resiliência climática do território, protejam os recursos naturais e promovam o desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações.

3.2 Objetivos Específicos

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes das atividades urbanas, da gestão de resíduos sólidos, da frota municipal e de processos produtivos locais, por meio da adoção de práticas sustentáveis e de baixo carbono.
- Promover a transição energética no âmbito municipal, ampliando o uso de fontes renováveis, especialmente a energia solar fotovoltaica, nos prédios públicos e serviços municipais, visando à eficiência energética e à redução da dependência de fontes fósseis.
- Fortalecer a gestão integrada de resíduos sólidos, com foco na redução da geração de resíduos, na ampliação da coleta seletiva, na reciclagem, na

9

- Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA;
- Poder Legislativo Municipal;
- Procuradoria do Município;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Ministério Público;
- Sociedade Civil Organizada;
- Associação dos Catadores;
- Destacamento de Polícia Militar;
- Escolas Municipais
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA;

5. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração e implementação do Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas de São Pedro do Piauí fundamenta-se em uma abordagem integrada, participativa e intersetorial, considerando as especificidades ambientais, socioeconômicas e climáticas do território municipal. O Plano foi estruturado com base em diagnóstico técnico, análise normativa, definição de eixos estratégicos, estabelecimento de ações, metas temporais e mecanismos de monitoramento e avaliação contínua.

O processo metodológico prioriza a prevenção e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, associando o desenvolvimento sustentável à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao uso racional dos recursos naturais e ao fortalecimento da resiliência climática do município. As ações propostas estão organizadas em eixos temáticos, cada um com objetivos claros, estratégias operacionais e metas distribuídas ao longo do período de vigência do Plano (2026 a 2030).

EIXO 1 – TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A metodologia aplicada ao Eixo de Transição Energética baseia-se na realização de diagnósticos técnicos, planejamento energético e implementação

11

(Continua na página seguinte)

progressiva de soluções sustentáveis. Inicialmente, será realizado um diagnóstico energético municipal, com levantamento detalhado do consumo anual de energia elétrica, custos financeiros e identificação de oportunidades de eficiência energética nos prédios e serviços públicos.

Com base nesse diagnóstico, serão implantadas estruturas/usina fotovoltaicas municipais destinadas ao abastecimento de estruturas públicas, com prioridade para unidades de educação e saúde, reduzindo a dependência de fontes fósseis e os gastos públicos a médio e longo prazo. Paralelamente, a modernização da iluminação pública ocorrerá por meio da substituição de equipamentos obsoletos por tecnologias mais eficientes, contribuindo para a redução do consumo energético e das emissões associadas.

A metodologia também contempla a capacitação contínua de servidores públicos para o uso racional da energia e redução de desperdícios. Como instrumento econômico de estímulo à participação da população, será implantado o programa de incentivo fiscal "IPTU Verde", oferecendo descontos progressivos para imóveis que adotarem sistemas de energia solar, fortalecendo a transição energética em todo o território municipal.

Eixo 1. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	
Descrição	A transição energética é um dos pilares fundamentais para o combate as mudanças climáticas, visando promover um desenvolvimento urbano sustentável e eficiente. As dependências de fontes fósseis, especialmente no transporte, na geração elétrica externa e no uso de equipamentos ineficientes, aumentam os custos públicos, ampliam vulnerabilidades climáticas e reforçam desigualdades socioeconômicas. A adoção de fontes renováveis, reduz gastos a médio e longo prazo e aumenta a resiliência frente às crises climáticas
Ações	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um diagnóstico energético municipal, com levantamento de dados de consumo anual e custos; Implantar usina fotovoltaica municipal para abastecimento de estruturas públicas com foco em

12

reduzir desperdícios energéticos;	capacitados em eficiência energética				
-----------------------------------	--------------------------------------	--	--	--	--

EIXO 2 – REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE POLUENTES

No Eixo de Redução das Emissões de Poluentes, a metodologia adotada articula ações normativas, educativas, econômicas e ambientais. A implantação da política "São Pedro do Piauí Carbono Zero" constitui o eixo estruturante dessa estratégia, reunindo iniciativas de incentivo à redução das emissões em atividades públicas e privadas.

Serão desenvolvidas políticas públicas voltadas ao uso de energias renováveis, bem como incentivos à aquisição de veículos elétricos, reduzindo a emissão de poluentes atmosféricos e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e da saúde da população. O Plano prevê ainda campanhas permanentes de compensação ambiental, com estímulo ao reflorestamento de áreas degradadas e à ampliação da cobertura vegetal.

No campo educacional, será implementado o "Selo Herdeiros da Terra" nas escolas municipais, certificando instituições comprometidas com práticas sustentáveis e projetos pedagógicos voltados à conscientização ambiental. Capacitações, oficinas e ações educativas serão realizadas junto ao poder público e à sociedade civil, promovendo a cultura da sustentabilidade e a corresponsabilidade no enfrentamento das mudanças climáticas.

Eixo 2. REDUÇÃO DA EMISSÃO DOS POLUENTES	
Descrição	Redução da emissão de poluentes, apresenta estratégias para reduzir a emissão de poluentes no município de São Pedro do Piauí. A redução é essencial para garantir a saúde humana e preservar os ecossistemas. Ao diminuir a liberação de substâncias, evitamos o agravamento das mudanças climáticas. Além disso, ações voltadas para esse objetivo, incentivam

14

	<p>equipamentos de educação e saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> Modernizar a iluminação pública através da troca de equipamentos antigos por equipamentos de melhor desempenho; Capacitar servidores com finalidade de reduzir desperdícios energéticos; Implantar programa de incentivo fiscal "IPTU Verde", mecanismo eficaz para estimular a instalação de sistemas solares residenciais por meio de descontos progressivos no Imposto Predial e Territorial Urbano.
--	--

EIXO 1: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADOR	2026	2027	2028	2029
01	Realizar um diagnóstico energético municipal, levantamento de dados de consumo anual e custos;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de órgãos públicos com diagnóstico energético concluído	X	X	X	
02	Implantar usina solar municipal para abastecimento de estruturas públicas com foco em prédios da educação e saúde;	Secretaria de Infraestrutura/obras	Percentual de consumo energético dos prédios públicos suprido por energia solar			X	X
03	Modernizar a iluminação pública através da troca de equipamentos antigos por equipamentos de melhor desempenho	Secretaria de Infraestrutura/obras	Percentual de luminárias públicas substituídas por tecnologia LED ou eficiente			X	X
04	Capacitar servidores com finalidade de	Secretaria de Meio Ambiente	Número de servidores	X	X	X	X

13

Ações	<p>práticas sustentáveis e fortalecem o desenvolvimento responsável das comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> Implantar a política "São Pedro do Piauí carbono zero", com diversas ações de incentivo a redução na emissão de poluentes. Implementar o "Selo herdeiros da terra", nas escolas municipais. Instituir um programa educacional que certifique escolas comprometidas com práticas sustentáveis, incentivando projetos pedagógicos que valorizem a conservação ambiental, o uso responsável dos recursos naturais e a formação de cidadãos conscientes sobre seus impactos no planeta. Criação de políticas públicas de Incentivo ao uso de energias renováveis em todo o território municipal. Realizar capacitações e ações educacionais com o poder público e sociedade civil voltadas para a redução das mudanças climáticas. Estimular campanhas e programas de compensação ambiental acerca das emissões de gás carbônico em todo o território municipal. Incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas. Criação de políticas de Incentivo a aquisição de veículos elétricos no município.
-------	---

Eixo 2. REDUÇÃO DA EMISSÃO DOS POLUENTES							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	INDICADOR	2026	2027	2028	2029

15

(Continua na página seguinte)

01	Implementar o Selo herdeiros da terra, nas escolas municipais.	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de escolas municipais participantes do programa		X	X	X
02	Implantação do programa "São Pedro do Piauí carbono zero".	Secretaria de Meio Ambiente e de Infraestrutura	Quantidade de emissões compensadas por ações ambientais municipais		X	X	X
03	Realizar capacitações voltadas para a redução das mudanças climáticas.	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes por ano	X	X	X	X
04	Capacitar servidores com finalidade de reduzir desperdícios energéticos;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de servidores capacitados em eficiência energética	X	X	X	X
05	Incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de hectares recuperados ou número de mudas plantadas	X	X	X	X
06	Políticas de incentivo a aquisição de veículos elétricos no município.	Todas as Secretarias	Quantidade de veículos elétricos registrados ou incentivados no município	X	X	X	X

EIXO 3 – GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

16

	estufa no setor de resíduos. O eixo também promove a integração com políticas de saneamento básico, saúde pública e desenvolvimento social, fortalecendo a resiliência climática do município e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> Revisar linhas de produção ou processos administrativos para usar menos matéria-prima ou insumos, evitando desperdícios (ex: digitalização de documentos para reduzir material). Utilizar produtos mais duráveis, fáceis de consertar e que gerem menos embalagens ou resíduos ao final de sua vida útil. Capacitar servidores sobre a importância da redução do consumo e do descarte consciente de materiais. Gerenciamento eficiente de insumos para evitar a perda de materiais por validade vencida ou danos. Funcionamento da Central Municipal de Resíduos Sólidos para voltar os materiais recicláveis para cadeia produtiva. Reutilizar materiais dentro da própria organização (ex: uso de caixas de papelão para armazenamento interno, ou mobiliário reformado). Doar materiais ou equipamentos em bom estado, que não servem mais para a empresa, a instituições de caridade ou bazares. Universalização da coleta seletiva. Instalação de coletores no município, claramente identificados por tipo de material (papel, plástico, vidro, metal, orgânico) e em locais estratégicos. Formalizar a entrega dos materiais recicláveis para cooperativas de catadores ou empresas recicladoras. Cumprir as obrigações legais da PNRS, que exige que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos (ex: pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos, embalagens) estruturarem sistemas de retorno após o uso pelo consumidor. Desviar a fração orgânica dos resíduos para a compostagem, gerando adubo(húmus) e reduzindo a

18

A metodologia do Eixo de Gestão de Resíduos Sólidos prioriza a redução da geração de resíduos na fonte, o fortalecimento da economia circular e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. As ações iniciam-se pela revisão de processos administrativos e produtivos, com estímulo à digitalização de documentos, uso eficiente de insumos e adoção de produtos mais duráveis e de menor impacto ambiental.

Será promovida a capacitação contínua de servidores sobre consumo consciente e descarte adequado, bem como o gerenciamento eficiente de materiais para evitar perdas por vencimento ou danos. A Central Municipal de Resíduos Sólidos terá papel estratégico na reinserção de materiais recicláveis na cadeia produtiva, aliada à reutilização e doação de materiais em bom estado.

A universalização da coleta seletiva será alcançada por meio da instalação de coletores identificados em locais estratégicos, formalização de parcerias com cooperativas de catadores e cumprimento das obrigações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente no que se refere à logística reversa. A fração orgânica dos resíduos será desviada para a compostagem, reduzindo o volume destinado a aterros.

EIXO 3. GESTÃO DE RESÍDUOS	
Descrição	Estruturar e fortalecer políticas, programas e ações voltadas à redução da geração de resíduos, à ampliação da coleta seletiva, ao incentivo à reutilização, reciclagem e compostagem, à destinação ambientalmente adequada dos rejeitos e à inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis. Busca-se, ainda, a eliminação de práticas inadequadas de disposição final e a mitigação dos impactos ambientais e climáticos associados ao manejo incorreto dos resíduos. As ações previstas contemplam o aprimoramento da infraestrutura e dos serviços de limpeza urbana, a implementação de sistemas de logística reversa, o estímulo à separação na fonte, a educação ambiental contínua junto à população e aos setores produtivos, além do monitoramento e da redução das emissões de gases de efeito

17

	<p>massa destinada a aterro.</p> <ul style="list-style-type: none"> Firmar parceria público/privada com Aterro Sanitário afins de disposição final do rejeito produzido no município. Assegurar que as empresas transportadoras e destinadoras finais (aterros sanitários ou incineradores, se aplicável) possuam as licenças ambientais necessárias. Utilizar o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) para rastrear o fluxo dos resíduos, garantindo a conformidade legal do transporte e destinação final. Manejo específico e seguro para resíduos de saúde (PGRSS), químicos ou industriais perigosos (Classe I), que exigem tecnologias como a incineração ou coprocessamento.
--	---

EIXO 3. GESTÃO DE RESÍDUOS							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADORES	2026	2027	2028	2021
01	Revisar linhas de produção ou processos administrativos para usar menos matéria-prima ou insumos, evitando desperdícios (ex: digitalização de documentos para reduzir material).	Secretaria de Meio Ambiente e Cooperativa de Catadores	Percentual de redução do consumo de materiais e papel nos setores administrativos	X	X	X	X

19

(Continua na página seguinte)

02	Utilizar produtos mais duráveis, fáceis de consertar e que gerem menos embalagens ou resíduos ao final de sua vida útil.	Todas Secretarias	as	Percentual de aquisições sustentáveis realizadas pela administração pública	X	X	X	X
03	Capacitar funcionários sobre a importância da redução do consumo e do descarte consciente de materiais.	Secretaria de Meio Ambiente		Número de capacitações realizadas e participantes alcançados	X	X	X	X
04	Gerenciamento eficiente de insumos para evitar a perda de materiais por validade vencida ou danos.	Todas as Secretarias		Percentual de redução de perdas de materiais e insumos	X	X	X	X
05	Funcionamento da Central Municipal de Resíduos Sólidos para voltar os materiais recicláveis para cadeia produtiva.	Secretaria de Meio Ambiente e Cooperativa de Catadores		Quantidade de resíduos recicláveis encaminhados para reciclagem			X	X
06	Reutilizar materiais dentro da própria organização	Todas Secretarias	as	Quantidade de materiais reaproveitados internamente	X	X	X	X
07	Doar materiais ou equipamentos em bom estado, que não servem mais	Todas Secretarias	as	Quantidade de materiais/equipamentos doados anualmente	X	X	X	X

20

12	Desviar a fração orgânica dos resíduos para a compostagem, gerando adubo(húmus) e reduzindo a massa destinada a aterro.	Secretaria de Meio Ambiente		Quantidade de resíduos orgânicos compostados				X	X
----	---	-----------------------------	--	--	--	--	--	---	---

EIXO 4 – PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL

A metodologia aplicada ao Eixo de Práticas de Manejo Sustentável baseia-se na identificação, planejamento e implementação de ações que garantam o uso equilibrado dos recursos naturais. Inicialmente, serão identificadas e delimitadas zonas específicas para áreas de manejo sustentável, considerando aspectos ambientais, produtivos e sociais.

Serão realizadas ações de identificação de espécies da fauna e flora possivelmente ameaçadas, por meio de etnobiologia, registros fotográficos e levantamento participativo com as comunidades locais. Técnicas de uso sustentável, como o manejo agroflorestal, serão implementadas gradualmente, associadas à capacitação de agricultores em sistemas de plantio direto e rotação de culturas.

A metodologia contempla ainda ações de proteção dos recursos hídricos, com recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) por meio do plantio de mudas nativas, além de capacitações comunitárias em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Todas as ações serão amplamente divulgadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, garantindo transparência, engajamento social e fortalecimento da governança ambiental.

Eixo 4. PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL

22

08	Universalização da coleta seletiva.	Secretaria de Meio Ambiente		Percentual da população atendida pela coleta seletiva		X	X	X
09	Instalação de coletores no município, claramente identificados por tipo de material (papel, plástico, vidro, metal, orgânico) e em locais estratégicos.	Secretaria de Meio Ambiente		Quantidade de pontos de coleta seletiva instalados	X	X	X	X
10	Formalizar a entrega dos materiais recicláveis para cooperativas de catadores ou empresas recicladoras	Secretaria de Meio Ambiente		Percentual de resíduos destinados formalmente à reciclagem	X	X	X	X
11	Cumprir as obrigações legais da PNRS, que exige que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos (ex: pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos, embalagens) e estruturas sistemas de retorno	Secretaria de Meio Ambiente		Quantidade de sistemas de logística reversa implantados no município			X	X

21

Descrição	Aplicação de práticas que visam a utilização dos recursos naturais de forma a garantir sua conservação e disponibilidade a longo prazo, equilibrando as necessidades econômicas, sociais e ambientais, especialmente em regiões onde as comunidades dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo; Identificar espécies de fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos; Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal; Informar a população acerca do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário; Capacitar agricultores para adotarem práticas de sistema plantio direto e rotação de culturas; Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de vegetação ao redor (APPs) com plantio de mudas nativas;

Eixo 4: PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADORES	2026	2027	2028	2029	2030
01	Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de áreas de manejo sustentável delimitadas e regulamentadas		X	X		
02	Identificar espécies de	Secretaria de Meio Ambiente	Número de espécies		X	X		

23

(Continua na página seguinte)

	fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos;		identificadas e catalogadas						
03	Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de propriedades ou áreas utilizando manejo sustentável			X	X	X	
04	Informar a população do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes atendidos	X	X	X	X	X	
05	Capacitar agricultores para adotarem práticas de sistema plantio direto e rotação de culturas;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de agricultores capacitados e áreas atendidas			X	X	X	
06	Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de hectares recuperados em APPs			X	X	X	

24

A metodologia prevê o fortalecimento da fiscalização ambiental, com capacitação de agentes, uso de instrumentos legais e integração com o sistema municipal de licenciamento ambiental, coibindo práticas ilegais de uso do fogo. Serão adotados mecanismos de controle, autuação e responsabilização, conforme a legislação ambiental vigente.

No eixo educacional, serão desenvolvidas campanhas permanentes de conscientização, voltadas às comunidades rurais, agricultores, escolas e população em geral, abordando os riscos ambientais, climáticos e à saúde associados às queimadas, bem como a divulgação de alternativas sustentáveis ao uso do fogo no manejo agrícola. As ações educativas serão realizadas por meio de palestras, oficinas, material informativo e atividades escolares.

A metodologia também contempla a capacitação de agricultores e produtores rurais em práticas de manejo sustentável do solo e da vegetação, incentivando técnicas alternativas ao uso do fogo, como o manejo mecânico, o plantio direto, a rotação de culturas e o uso de cobertura vegetal, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e instituições técnicas.

Para resposta rápida a ocorrências, será estruturado um sistema municipal de prevenção e combate inicial às queimadas, com definição de fluxos de comunicação, canais de denúncia e articulação com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e órgãos estaduais. Sempre que possível, serão utilizados dados de monitoramento remoto, alertas climáticos e informações oficiais para apoiar a tomada de decisão.

Por fim, o acompanhamento e a avaliação das ações ocorrerão de forma contínua, por meio do registro de ocorrências, análise de áreas afetadas, redução de focos de calor e elaboração de relatórios periódicos. Esses instrumentos permitirão o aprimoramento das estratégias, garantindo maior eficiência na prevenção das queimadas e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a proteção dos ecossistemas locais.

26

	vegetação ao redor dos rios e riachos (APPs) com plantio de mudas nativas;								
07	Divulgar todas as ações realizadas pela SEMUMA.	Secretaria de Meio Ambiente	Número de campanhas, publicações e ações divulgadas	X	X	X	X	X	

EIXO 5 – PREVENÇÃO ÀS QUEIMADAS

A metodologia do Eixo de Prevenção às Queimadas fundamenta-se em ações integradas de planejamento, prevenção, monitoramento, fiscalização, educação ambiental e resposta rápida, reconhecendo que as queimadas representam uma das principais fontes de degradação ambiental, emissões de gases de efeito estufa e riscos à saúde pública, especialmente em regiões do semiárido.

O primeiro passo metodológico consiste na realização de um diagnóstico municipal das áreas suscetíveis a queimadas, considerando dados históricos, características da vegetação, períodos críticos de estiagem, uso e ocupação do solo e registros de ocorrências anteriores. Esse diagnóstico permitirá o mapeamento de áreas de maior risco e a definição de prioridades para as ações preventivas.

Com base no diagnóstico, serão elaborados e implementados planos preventivos anuais, incluindo a manutenção de aceiros, a limpeza de áreas críticas, a abertura de faixas de proteção e a organização de calendários de vigilância intensificada nos períodos de maior risco. As ações preventivas serão executadas de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUMA), Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e demais órgãos competentes.

25

Eixo 5. PREVENÇÃO AS QUEIMADAS	
Descrição	Reduzir a ocorrência de incêndios ambientais no território municipal por meio de medidas preventivas, educativas e de fiscalização. Contemplam o mapeamento de áreas de risco, a intensificação do monitoramento nos períodos críticos, a promoção de campanhas de conscientização, a capacitação de agricultores em práticas alternativas ao uso do fogo, o fortalecimento da fiscalização ambiental e a articulação interinstitucional para resposta rápida às ocorrências, contribuindo para a proteção dos ecossistemas, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a preservação da saúde da população.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> Projeto "Escola sem Fogo": oficinas e palestras sobre causas e consequências das queimadas, com vídeos e experimentos simples. Criação de "Brigadas Mirins Ambientais": alunos participam de campanhas, produzem cartazes, vídeos e rádios escolares. Inserção do tema nas disciplinas: incluir o conteúdo de queimadas e manejo sustentável nos planos de aula pelos professores de Ciências da Natureza. ACS como multiplicadores: agentes repassam nas visitas domiciliares informações sobre os riscos das queimadas e como denunciá-las. Capacitação de agricultores sobre preparo de solo sem uso do fogo (roçada verde, compostagem, manejo agroecológico). Criação de um protocolo de enfrentamento às Queimadas, com rotas de acesso, contatos de emergência e áreas prioritárias. Formação de Brigadas Rurais Comunitárias com voluntários treinados pela Brigada Municipal. Campanhas de reflorestamento, aceiros e cercamento de nascentes, reduzindo o material seco e o risco de fogo. Mobilização nas associações e igrejas com distribuição de panfletos educativos sobre queimadas e palestras curtas. Visitas às associações de agricultores existentes no município para falar sobre as medidas que podem ser

27

(Continua na página seguinte)

	<p>tomadas para combater o fogo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notificação dos proprietários de terra de áreas de repetidas incidências de queimadas para realizarem os aceiros de seus terrenos. • Recomendar aos agricultores do município que procurem a SEMUMA/São Pedro do Piauí para protocolo de autorização do uso do fogo controlado e autorização para supressão vegetal simplificada. • Criação da campanha digital #SPSemFogo, com vídeos curtos e mensagens comunitárias. • Parceria com rádios locais para divulgar boas práticas e histórias de agricultores que abandonaram o uso do fogo. • Divulgação do canal direto de denúncias da Secretaria de Meio Ambiente. • Reuniões mensais com membros integrantes (governo e sociedade civil) sobre correções e alterações de ações no combate ao fogo ao longo do resto do ano. • Colocar placas educativas em estradas e entradas da cidade com legislações vigentes sobre as queimadas e autorizações disponíveis para agricultores familiares. • Criação e manutenção de aceiros e faixas de contenção • Notificação imediata a Brigada Municipal, logo que identificado algum foco inicial de incêndio; • Estabelecer uma agenda de contingência para os carros pipas do município em parceria com defesa civil para enfrentamento imediato aos focos iniciais de fogo; • Acionar os voluntários aptos a ajudar o enfrentamento aos incêndios; • Aquisição de equipamentos de enfrentamento ao fogo pela SEMUMA/São Pedro do Piauí; • Avaliação dos danos ambientais, econômicos e sociais. • Registro e georreferenciamento das áreas queimadas. • Acionar o setor de fiscalização ambiental da SEMUMA/São Pedro do Piauí
--	---

28

	de sistema plantio direto e rotação de culturas;									
06	Ações para proteger as fontes de água, incluindo a recuperação das áreas de vegetação ao redor dos rios e riachos (APPs) com plantio de mudas nativas;	Secretaria de Meio Ambiente	Área recuperada de APPs e quantidade de mudas plantadas					X	X	X
07	Divulgar todas as ações realizadas pela SEMUMA.	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de campanhas, publicações e ações divulgadas	X	X	X	X	X	X	X

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a Avaliação do Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas constituem instrumentos fundamentais para assegurar a efetividade, a transparência e o aprimoramento contínuo das ações previstas. Esse processo permitirá acompanhar a execução dos eixos estratégicos, verificar o alcance das metas estabelecidas e subsidiar a tomada de decisões pela gestão pública municipal ao longo do período de vigência do Plano.

O monitoramento será realizado de forma contínua e sistemática, a partir de indicadores ambientais, climáticos, sociais e econômicos previamente definidos para cada eixo e ação, considerando metas anuais e plurianuais. A coleta e a análise das informações ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUMA), em articulação com as demais

30

Eixo 5: PREVENÇÃO AS QUEIMADAS								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INDICADOR	2026	2027	2028	2029	2030
01	Identificar e definir zonas específicas para implantação das áreas de manejo;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de áreas de manejo sustentável delimitadas e regulamentadas		X	X		
02	Identificar espécies de fauna e flora possivelmente ameaçadas de extinção através da etnobiologia e registros fotográficos;	Secretaria de Meio Ambiente	Quantidade de espécies identificadas, registradas e monitoradas		X	X		
03	Implementar técnicas de extração e uso sustentável como o manejo agroflorestal;	Secretaria de Meio Ambiente	Percentual de propriedades ou áreas utilizando práticas sustentáveis			X	X	X
04	Informar a população acerca do manejo sustentável através de capacitação nas comunidades em parceria com a secretaria de desenvolvimento agrário;	Secretaria de Meio Ambiente	Número de capacitações e participantes envolvidos	X	X	X	X	X
05	Capacitar agricultores para adotarem práticas	Secretaria de Meio Ambiente	Número de agricultores capacitados			X	X	X

29

secretarias envolvidas, órgãos de controle, conselhos municipais e parceiros institucionais.

A avaliação do Plano ocorrerá de maneira periódica, com a elaboração de relatórios técnicos que apresentarão o grau de execução das ações, os resultados alcançados, as dificuldades identificadas e as recomendações para ajustes e aprimoramentos. Esses relatórios permitirão mensurar impactos como a redução das emissões de gases de efeito estufa, a ampliação do uso de energias renováveis, a melhoria da gestão de resíduos sólidos, a diminuição de focos de queimadas e o fortalecimento das práticas sustentáveis no município. Ficando instituída como instância de controle social para acompanhamento da execução do plano, o Conselho municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

O processo de Monitoramento e Avaliação também contemplará mecanismos de participação social, garantindo a transparência das informações e o envolvimento da sociedade civil, por meio da divulgação periódica dos resultados, reuniões técnicas e espaços de diálogo com conselhos e comunidades locais.

Sempre que necessário, o Plano poderá ser revisado e atualizado, de modo a incorporar novas demandas, dados técnicos, inovações tecnológicas e diretrizes legais, assegurando sua adequação à realidade municipal e às dinâmicas das mudanças climáticas.

Dessa forma, o Monitoramento e a Avaliação consolidam-se como instrumentos estratégicos de governança climática, garantindo que o Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas seja efetivo, dinâmico e alinhado aos princípios da sustentabilidade, da eficiência administrativa e da melhoria contínua da qualidade de vida da população.

7. FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO

O financiamento das ações previstas no Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas constitui elemento essencial para a

31

(Continua na página seguinte)

efetividade, continuidade e sustentabilidade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática no Município de São Pedro do Piauí. Para esse fim, fica designado o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) como instrumento financeiro responsável pelo custeio, apoio e execução das ações, programas e projetos decorrentes do presente Plano.

O Fundo Municipal de Meio Ambiente passa a ser o fundo custeador oficial das ações de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assegurando suporte financeiro às iniciativas previstas nos eixos estratégicos do Plano, incluindo, entre outros, transição energética, redução das emissões de poluentes, gestão de resíduos sólidos, práticas de manejo sustentável e prevenção às queimadas.

Os recursos alocados no Fundo Municipal de Meio Ambiente para fins de execução do Plano deverão ser aplicados de forma transparente, eficiente e vinculada aos objetivos e metas estabelecidos, priorizando ações estruturantes, preventivas e de caráter permanente, que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o fortalecimento da resiliência climática do município.

O Poder Executivo Municipal poderá, ainda, buscar fontes complementares de financiamento climático, incluindo editais, programas de cooperação técnica, fundos climáticos, mecanismos de pagamento por serviços ambientais e parcerias público-privadas, desde que compatíveis com a legislação municipal e os objetivos do presente Plano.

Dessa forma, o Fundo Municipal de Meio Ambiente consolida-se como instrumento estratégico de financiamento e governança das ações de enfrentamento às mudanças climáticas no Município de São Pedro do Piauí, assegurando a viabilidade econômica do Plano e reafirmando o compromisso da gestão municipal com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento responsável.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Prevenção e mitigação às Mudanças Climáticas consolida o compromisso da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí com a

32

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Dispõe sobre a proteção do meio ambiente e o dever do Poder Público e da coletividade em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.


BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Brasília.

34

proteção do meio ambiente, o enfrentamento da crise climática e a promoção do desenvolvimento sustentável. Ao estabelecer diretrizes, eixos estratégicos, ações, metas e instrumentos de monitoramento, o Plano configura-se como um marco no planejamento ambiental do município, alinhando a gestão pública local aos desafios atuais e futuros impostos pelas mudanças climáticas.

As ações propostas refletem uma abordagem integrada e intersetorial, que articula políticas públicas, educação ambiental, gestão eficiente dos recursos naturais, redução das emissões de gases de efeito estufa e fortalecimento da resiliência climática, considerando as especificidades socioambientais do território cariuense e a realidade do semiárido.


Maria de Fátima Moura Pereira e Silva
Secretária Municipal de Meio Ambiente

33



ID: D21C4AAC7DD44

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍGabinete do Prefeito

DECRETO Nº 33/2026

São Pedro do Piauí, 26 de maio de 2026.

Dispõe sobre a criação do Viveiro Municipal de Mudas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí, **LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o interesse público na promoção da política ambiental, da arborização urbana, da recuperação de áreas degradadas e da educação ambiental no Município;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica criado o Viveiro Municipal de Mudas Florestais, com a finalidade de promover a produção, recepção, manejo e distribuição de mudas florestais no âmbito do Município de São Pedro do Piauí.

Art. 2º O Viveiro Municipal de Mudas Florestais será implantado junto à sede administrativa da Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 3º A coordenação, gestão administrativa, técnica e operacional do Viveiro Municipal de Mudas será de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observadas as normas ambientais vigentes e a legislação municipal aplicável.

Art. 4º Constituem objetivos do Viveiro Municipal de Mudas:

CNPJ: 06.554.810/0001-76 - Avenida Presidente Vargas, Nº 531 - Centro
CEP: 64.430-000 - São Pedro do Piauí - Piauí
E-mail: prefeitura@saopedrodopiau.pi.gov.br

(Continua na página seguinte)